

## COOPERATIVA DE CREDITO CREDIGUAÇU - SICOOB CREDIGUAÇU

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

#### 1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CREDITO CREDIGUAÇU - SICOOB CREDIGUAÇU** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **12/2/1992**, filiada à **CCC ESTADO SÃO PAULO – SICOOB SP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDIGUAÇU** tem Sede e Administração na cidade de Descalvado, Estado de São Paulo, e possui **26** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **SÃO CARLOS - SP, PORTO FERREIRA - SP, SANTA RITA DO PASSA QUATRO - SP, PIRASSUNUNGA - SP, SANTA ROSA DE VITERBO - SP, SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP, RIO CLARO - SP, ARARAS - SP, LEME - SP, CORDEIRÓPOLIS - SP, SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO - SP, CONCHAL - SP, BROTA - SP, SÃO SIMÃO - SP, ARARAQUARA - SP, SOROCABA - SP, ITAPETININGA - SP, ITU - SP, VOTORANTIM - SP, TATUI - SP, BOITUVA - SP, SALTO - SP, SÃO ROQUE - SP e CAMPINAS – SP.**

O **SICOOB CREDIGUAÇU** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

#### 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 06/03/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.



### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

#### **a) Apuração do resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

#### **b) Estimativas contábeis**

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

#### **d) Títulos e valores mobiliários e Relações interfinanceiras – ativo**

São atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Parte desses títulos garantem operações de repasses de recursos de crédito rural.

#### **e) Operações de crédito**

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### **f) Provisão para operações de crédito**

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### **g) Depósitos em garantia**

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### **h) Investimentos**

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB SP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### **i) Imobilizado**

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### **j) Valor recuperável de ativos – *impairment***

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### **k) Intangível**

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### **l) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### **m) Depósitos à vista, sob aviso, a prazo e letras de crédito**

Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar e os depósitos pós-fixados são atualizados até a data do balanço, observados os índices contratados.

#### **n) Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"),

assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

#### **o) Demais ativos e passivos**

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### **p) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### **q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### **r) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

#### **s) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### **t) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### **u) Demonstração dos Fluxos de Caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

#### **v) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

#### 4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e depósitos bancários	6.426.844	5.432.956
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.743.287	5.595.379
Títulos e valores mobiliários	170.099.437	167.557.635
Relações interfinanceiras - centralização financeira	14.089.956	6.573.947
<b>TOTAL</b>	<b>194.359.524</b>	<b>185.159.917</b>

#### 5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.251.947	5.595.379
<b>TOTAL</b>	<b>4.251.947</b>	<b>5.595.379</b>

#### 6. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Título de renda fixa	170.099.437	167.557.635
<b>TOTAL</b>	<b>170.099.437</b>	<b>167.557.635</b>

*Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB SP**, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto ao Bancoob.*

#### 7. Relações interfinanceiras

Em **31 de Dezembro de 2019** e de **2018**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização financeira – Cooperativas	14.089.956	6.573.947
<b>TOTAL</b>	<b>14.089.956</b>	<b>6.573.947</b>

*Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB SP** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.*

#### 8. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
-----------	------------	------------

	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	144.050.814	39.127.079	<b>183.177.893</b>	151.495.290
Financiamentos	5.730.575	7.282.789	<b>13.013.364</b>	8.669.388
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	42.597.972	26.593.283	<b>69.191.255</b>	51.551.883
<b>Total de Operações de Crédito</b>	<b>192.379.361</b>	<b>73.003.151</b>	<b>265.382.512</b>	<b>211.716.561</b>
(-) Provisões para Operações de Crédito	(13.792.223)	(4.494.722)	<b>(18.286.945)</b>	(13.268.792)
<b>TOTAL</b>	<b>178.587.138</b>	<b>68.508.429</b>	<b>247.095.567</b>	<b>198.447.769</b>

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA - Normal	6.976.430	247.944	4.634.406	11.858.780	-	6.555.019	-
A 0,5% Normal	50.302.145	3.159.737	28.446.106	81.907.988	(409.540)	62.216.380	(311.082)
B 1% Normal	46.323.262	4.657.577	13.264.883	64.245.722	(642.457)	85.331.148	(853.311)
B 1% Vencidas	261.169	6.985	-	268.154	(2.682)	3.249.630	(32.496)
C 3% Normal	48.820.076	3.674.723	17.428.531	69.923.330	(2.097.700)	30.984.186	(929.526)
C 3% Vencidas	585.379	223.199	-	808.578	(24.257)	2.797.330	(83.920)
D 10% Normal	11.228.448	433.874	2.695.027	14.357.349	(1.435.735)	6.925.003	(692.500)
D 10% Vencidas	954.961	-	70.984	1.025.945	(102.594)	693.807	(69.381)
E 30% Normal	3.138.125	275.719	939.653	4.353.497	(1.306.049)	1.186.337	(355.901)
E 30% Vencidas	2.189.239	31.669	-	2.220.908	(666.272)	999.191	(299.757)
F 50% Normal	1.643.826	60.765	132.600	1.837.191	(918.597)	538.715	(269.357)
F 50% Vencidas	1.220.018	26.064	-	1.246.082	(623.040)	248.960	(124.480)
G 70% Normal	1.659.014	-	1.154.403	2.813.417	(1.969.393)	1.304.567	(913.197)
G 70% Vencidas	1.420.118	3.029	-	1.423.147	(996.204)	1.174.686	(822.282)
H 100% Normal	2.243.335	96.346	218.710	2.558.391	(2.558.391)	1.759.343	(1.759.343)
H 100% Vencidas	4.212.348	115.733	205.952	4.534.033	(4.534.034)	5.752.259	(5.752.259)
<b>Total Normal</b>	<b>172.334.661</b>	<b>12.606.685</b>	<b>68.914.319</b>	<b>253.855.665</b>	<b>(11.337.862)</b>	<b>196.800.698</b>	<b>(6.084.217)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>10.843.232</b>	<b>406.679</b>	<b>276.936</b>	<b>11.526.847</b>	<b>(6.949.083)</b>	<b>14.915.863</b>	<b>(7.184.575)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>183.177.893</b>	<b>13.013.364</b>	<b>69.191.255</b>	<b>265.382.512</b>	<b>(18.286.945)</b>	<b>211.716.561</b>	<b>(13.268.792)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(15.059.069)</b>	<b>(572.599)</b>	<b>(2.655.277)</b>	<b>(18.286.945)</b>		<b>(13.268.792)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>168.118.824</b>	<b>12.440.765</b>	<b>66.535.978</b>	<b>247.095.567</b>		<b>198.447.769</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e títulos descontados	68.288.298	75.762.516	39.127.079	183.177.893
Financiamentos	1.707.211	4.023.364	7.282.789	13.013.364
Financiamentos rurais e agroindustriais	9.392.902	33.205.070	26.593.283	69.191.255
<b>TOTAL</b>	<b>79.388.411</b>	<b>112.990.950</b>	<b>73.003.151</b>	<b>265.382.512</b>

(\*) Não contempla provisão para devedores com liquidação duvidosa.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2019	% da Carteira
Setor privado - comércio	67.130.819	3.805.910	-	70.936.729	<b>27%</b>
Setor privado - indústria	20.685.477	770.098	-	21.455.575	<b>8%</b>
Setor privado - serviços	49.398.153	5.643.612	-	55.041.765	<b>20%</b>
Pessoa física	42.097.740	2.736.753	65.434.865	110.269.358	<b>42%</b>
Outros	3.865.704	56.991	3.756.390	7.679.085	<b>3%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>183.177.893</b>	<b>13.013.364</b>	<b>69.191.255</b>	<b>265.382.512</b>	<b>100%</b>

(\*) Não contempla provisão para devedores com liquidação duvidosa.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	(13.268.792)	(12.237.536)
Constituições	(30.632.175)	(7.484.119)
Reversões	18.183.278	674.833
Transferência para prejuízo	7.430.744	5.778.030
<b>TOTAL</b>	<b>(18.286.945)</b>	<b>(13.268.792)</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior devedor	6.604.608	2%	4.334.483	2%
10 Maiores devedores	32.440.118	12%	25.368.562	12%
50 Maiores devedores	85.872.200	32%	68.681.143	32%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	28.309.661	24.190.746
Valor das operações transferidas no período	7.175.104	5.778.030
Valor das operações recuperadas no período	(1.966.828)	(1.448.928)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(40.269)	(210.187)
<b>TOTAL</b>	<b>33.477.668</b>	<b>28.309.661</b>

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2019, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito que no final do exercício montam o total de R\$ 18.724,005, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 9. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	
Avais e fianças honrados	352.114	-	179.491
Rendas a receber			
Serviços prestados a receber	62.442	-	88.812
Outras rendas a receber	14.116	-	4.830
<b>Diversos</b>			
Adiantamentos e antecipações salariais	65.023	-	51.803
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	67.250	-	-
Devedores por compra de valores e bens	425.872	572.946	1.425.762
Devedores por depósitos em garantia	-	157.630	1.592.910
Impostos e contribuições a compensar	544.705	-	387.940
Títulos e créditos a receber	53.725	-	27.868
Devedores diversos - país	63.667	-	67.055
<b>(-) Provisões para outros créditos</b>			
(-) Com características de concessão de crédito	(631.725)	(572.946)	(834.943)
<b>TOTAL</b>	<b>1.017.189</b>	<b>157.630</b>	<b>2.991.528</b>

## 10. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens não de uso próprio (a)	12.234.555	10.906.622
Despesas antecipadas (b)	360.237	189.167
(Provisões para desvalorizações) (c)	(757.725)	(430.000)
<b>TOTAL</b>	<b>11.837.067</b>	<b>10.665.789</b>

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.



## 11. Investimentos

O saldo é substancialmente, representado por quotas do **SICOOB SP** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em cooperativa central de crédito	6.688.433	5.827.976
Participações inst. financ controlada coop crédito	1.037.285	531.135
<b>TOTAL</b>	<b>7.725.718</b>	<b>6.359.111</b>

## 12. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em curso (a)	-	4.874.449	-
Terrenos	-	1.369.198	1.369.198
Edificações	4%	512.660	512.660
(-) Depreciação acum. imóveis de uso - edificações	-	(266.483)	(245.976)
Instalações	10%	1.126.903	948.616
(-) Depreciação acumulada de instalações	-	(351.770)	(294.408)
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.931.594	2.212.575
(-) Depreciação acum. móveis e equipamentos de uso	-	(1.123.619)	(957.344)
Sistema de processamento de dados	20%	4.260.611	2.852.230
Sistema de transporte	20%	656.239	426.369
(-) Depreciação acum. outras imobilizações de uso	-	(2.013.848)	(1.834.997)
<b>TOTAL</b>		<b>11.975.934</b>	<b>4.988.922</b>

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras realizadas na sede da cooperativa e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

## 13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)	31/12/2018	Taxa média (% a.m.)
Depósito à vista	90.670.626	-	75.105.021	-
Depósito a prazo	213.709.300	0,34	182.835.574	0,45
Letras de crédito	31.697.854	-	19.640.013	-
<b>TOTAL</b>	<b>336.077.780</b>		<b>277.580.608</b>	

Os depósitos, até o limite de R\$250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior depositante	12.487.840	4%	12.648.556	5%
10 Maiores depositantes	47.831.603	15%	44.865.525	17%
50 Maiores depositantes	96.531.534	31%	92.142.783	34%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de depósitos a prazo	(10.975.215)	(10.980.625)
Despesas de letras de crédito do agronegócio	(1.542.426)	(938.745)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(454.078)	(382.966)
<b>TOTAL</b>	<b>(12.971.719)</b>	<b>(12.302.336)</b>

#### 14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	31/12/2019	31/12/2018
Recursos do Bancoob	6% a 8%	2.804.311	4.223.787
(-) Despesa a apropriar Bancoob		(113.738)	(196.822)
<b>TOTAL</b>		<b>2.690.573</b>	<b>4.026.965</b>

#### 15. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ordens de pagamento – (a)	12.487.840	12.648.136
Recebimentos em trânsito de terceiros	40	-
<b>TOTAL</b>	<b>12.487.880</b>	<b>12.648.136</b>

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

#### 16. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e estatutárias 16.1	2.822.176	-	3.677.404	-
Fiscais e previdenciárias 16.2	1.525.218	-	1.338.506	-
Diversas 16.3	4.265.364	146.500	3.251.904	1.443.017
<b>TOTAL</b>	<b>8.612.758</b>	<b>146.500</b>	<b>8.267.814</b>	<b>1.443.017</b>

##### 16.1 Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para participações nos lucros (a)	-	607.578
Resultado de atos com associados (b)	1.825.537	1.894.641
Cotas de capital a pagar (c)	996.639	1.175.185
<b>TOTAL</b>	<b>2.822.176</b>	<b>3.677.404</b>

(a) Provisão para Participação nos Lucros se refere ao valor destinados à distribuição aos colaboradores, ou seja, a participação nos resultados a serem pagas aos Empregados.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado

dos atos não cooperativos e 7% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

## 16.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	55.844	87.525
Provisão para impostos e contribuições s/lucros	436.364	290.437
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	85.892	37.389
Impostos e contribuições sobre salários	714.915	669.233
Outros	232.203	253.922
<b>TOTAL</b>	<b>1.525.218</b>	<b>1.338.506</b>

## 16.3 Diversas

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques administrativos	-	-	420	-
Obrigações por aquisição de bens e direitos	181.732	-	15.730	-
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	102.470	-	90.218	-
Provisão para pagamentos a efetuar	2.683.141	-	1.642.865	-
Provisão para passivos contingentes	-	146.500	-	1.443.017
Provisão para garantias financeiras prestadas	514.978	-	249.320	-
Credores diversos - país	783.043	-	1.253.351	-
<b>TOTAL</b>	<b>4.265.364</b>	<b>146.500</b>	<b>3.251.904</b>	<b>1.443.017</b>

## 17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB CREDIGUAÇU** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2019** e de **2018**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital social	57.822.582	51.785.391
Associados	16.422	12.492

## b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 53%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

## c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12/04/2019, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 6.716.117.

## d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	13.973.632	18.110.628
Reserva legal - 53%	(7.406.025)	(8.149.783)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 7%	(978.154)	(905.531)
<b>Sobra à disposição da assembleia geral</b>	<b>5.589.453</b>	<b>9.055.314</b>

## 19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receita de prestação de serviços	7.183.511	4.311.858
Despesas específicas de atos não cooperativos	(2.944.686)	(340.046)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(496.957)	(1.848.987)
<b>Resultado de atos não cooperativos</b>	<b>3.741.868</b>	<b>2.122.825</b>
Receita (despesas) não operacionais, líquidas	(474.293)	1.139.195
<b>Resultado de ato não cooperativo e não operacional</b>	<b>3.267.575</b>	<b>3.262.020</b>
(-) Imposto de renda e Contribuição social	(870.360)	(820.097)
(-) Receitas de vendas de quotas de consórcios com Associados (Resolução Sicoob Confederação 129/16)	(855.111)	-
(-) Receita de vendas de seguros com Associados (resolução Sicoob Confederação 129/16)	(691.669)	-
(-) Receitas de comissão de faturamento e antecipação de recebíveis do negócio SIPAG (Resolução Sicoob Confederação 145/16)	(2.122.671)	-
<b>Resultado líquido de atos não cooperativos e não operacionais</b>	<b>(1.272.236)</b>	<b>2.441.923</b>

## 20. Provisão de juros ao capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 21. Ingressos da intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de adiantamentos a depositantes	795.181	764.994
Rendas de empréstimos	38.735.113	36.736.143
Rendas de direitos creditórios descontados	6.070.195	5.090.584
Rendas de financiamentos	1.994.790	1.872.085
Rendas de financiamentos rurais - aplicações com recursos livres	7.330.200	4.558.671
Rendas de financiamentos rurais - aplicações com recursos direcionados à vista (obrigatórios)	62.162	153.768
Rendas de financiamentos rurais - aplicações com recursos direcionados da poupança rural	149.626	245.099
Rendas de financiamentos rurais - aplicações com recursos direcionados de LCA	101.094	78.151
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	318.570	326.324
Rendas c/ títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	9.707.343	9.805.275
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	2.431.992	1.448.928
<b>TOTAL</b>	<b>67.696.266</b>	<b>61.080.022</b>

## 22. Dispêndios da intermediação financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de captação	(12.971.719)	(12.302.336)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(311.503)	(443.676)
Provisões para operações de crédito	(13.023.504)	(7.251.635)
<b>TOTAL</b>	<b>(26.306.726)</b>	<b>(19.997.647)</b>

## 23. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de encargos e despesas	47.386	250.875
Reversão de provisão operacionais	1.902.126	674.833
Dividendos	95.641	-
Rendas juros cartão de crédito	1.291.026	967.491
Rendas multas por atraso - cartão de crédito	148.592	120.066
Crédito receita SIPAG - faturamento	956.426	419.662
Crédito receita SIPAG - antecipação	1.936.927	1.410.122
Rendas intercâmbio - cartão de crédito	17.679	156.488
Rendas intercâmbio - cartão de débito	20.790	192.258
Atualização de depósitos judiciais	26.082	-
Ingressos depósitos intercooperativos	696.708	720.990
Outras rendas operacionais	785.576	709.661
<b>TOTAL</b>	<b>7.924.958</b>	<b>5.622.446</b>

## 24. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Provisões para outros créditos	(198.556)	(148.938)
Despesas de provisões passivas	(333.721)	(83.547)
Outras despesas operacionais	(1.518.932)	(1.291.102)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.051.209)</b>	<b>(1.523.587)</b>

## 25. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Lucro em transações com valores de bens	86.767	941.677
Reversão de provisões não operacionais	-	211.923
Outras rendas não operacionais	274.217	304.820

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
(-) Prejuízos em transações com valores e bens	(200.596)	(107.301)
(-) Outras despesas não operacionais	(634.681)	-
<b>Resultado líquido</b>	<b>(474.293)</b>	<b>1.351.119</b>

## 26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – vínculo de grupo econômico	5.218.132	0,67%	(55.771)
P.R. – sem vínculo de grupo econômico	653.251	0,08%	(7.105)
<b>TOTAL</b>	<b>5.871.383</b>	<b>0,76%</b>	<b>(62.876)</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>7.175.054</b>	<b>1,51%</b>	<b>-</b>

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque especial	44.324	(1.093)	0,88%
Conta garantida	19.073	(565)	0,18%
Crédito rural	1.482.807	(9.351)	2,14%
Empréstimo	1.589.934	(18.535)	1,13%
Financiamento	3.704	-	0,03%
Títulos Descontados	17.277	(86)	0,06%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à vista	495.308	0,55%	-
Depósitos a prazo	2.261.233	0,92%	0,38%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de cheques	2,26%	1,00% a 5,00%
Empréstimos	1,69%	1,00% a 5,00%
Financiamento	1,30%	1,00% a 3,00%
Aplicação financeira - pré fixada	0,41%	85% a 108% do CDI
Aplicação financeira - pós fixada	91,95%	85% A 100% do CDI

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho de Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e financiamentos	0,45%
Títulos descontados e cheques descontados	0,05%
Crédito rural (modalidades)	0,49%
Aplicações financeiras	1,51%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta corrente	855
Crédito rural	11.276.337
Empréstimo	4.626.256
Financiamento	88.700

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

31/12/2019	31/12/2018
100.278	111.947

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(106.533)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(1.612.619)
Encargos sociais	(410.768)

## 27. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIGUAÇU - SICOOB CREDIGUAÇU**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC ESTADO SÃO PAULO - SICOOB SP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB SP** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB SP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDIGUAÇU** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB SP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB SP**: R\$184.189.392.

## **28. Gerenciamento de risco**

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### **28.1 Risco operacional**

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### **28.2 Risco de mercado e de liquidez**

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;



- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### **28.3 Gerenciamento de capital**

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### **28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental**

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### **28.5 Gestão de Continuidade de Negócios**

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

## **29. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do

escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

### 30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 1/3/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência - PR	114.661.798	104.646.495
Ativo Ponderado	423.465.071	339.318.987
Índice de Basileia	25%	31%

### 31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	-	-	1.443.017	1.443.017
Outros	146.500	157.630		149.893
<b>TOTAL</b>	<b>146.500</b>	<b>157.630</b>	<b>1.443.017</b>	<b>1.592.910</b>

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDIGUAÇU**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, no montante de R\$ 939.351, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 300.320. Essas ações abrangem, basicamente, ações trabalhistas ou cíveis discutidas na esfera judicial. A administração da cooperativa decidiu com base na opinião da assessoria jurídica, que indica perda possível, mas não provável, em não registrar qualquer provisão para contingências em face desse assunto.

**DESCALVADO-SP, 06 de março de 2020.**

**Mauro Benedito de Lima**  
*Diretor-Presidente*

**Milton Luiz do Amaral**  
*Diretor de Negócios*

**Carlos Alberto Bianchi**  
*Diretor Administrativo-Financeiro*

**Michele Aparecida Tavares Pinto**  
*CONTADORA*  
*CRC 1SP260623/O-9*

**Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**

(Em reais)

**Cooperativa de Crédito Crediguaçu - Sicoob Crediguaçu**

**CNPJ nº 67.960.229/0001-49**

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Notas</b>	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	4	6.426.844	5.432.956	Depósitos e letras de crédito	13	336.077.780	277.580.608
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	4.251.947	5.595.379	Obrigações por empréstimos e repasses	14	2.690.573	4.026.965
Títulos e valores mobiliários	4-6	170.099.437	167.557.635	Relações interdependências	15	12.487.880	12.648.136
Relações interfinanceiras	4-7	14.089.956	6.573.947	Obrigações sociais e estatutárias	16.1	2.822.176	3.677.404
Operações de crédito	8	178.587.138	143.729.168	Obrigações fiscais e previdenciárias	16.2	1.525.218	1.338.506
Outros créditos	9	1.017.189	1.015.774	Obrigações diversas	16.3	4.265.364	3.251.904
Outros valores e bens	10	11.837.067	10.665.789				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>386.309.578</b>	<b>340.570.648</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>359.868.991</b>	<b>302.523.523</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Exigível a longo prazo</b>			
Operações de crédito	8	68.508.429	54.718.601	Obrigações diversas	16.3	146.500	1.443.017
Outros créditos	9	157.630	1.975.754				
<b>Permanente</b>				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>146.500</b>	<b>1.443.017</b>
Investimentos	11	7.725.718	6.359.111				
Imobilizações de uso	12	11.975.934	4.988.922	<b>Patrimônio líquido</b>			
Intangível	-	37.604	75.551	Capital social	18.a	57.822.582	51.785.391
				Reserva legal	18.b	51.287.367	43.881.342
				Sobras acumuladas	18.c/d	5.589.453	9.055.314
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>88.405.315</b>	<b>68.117.939</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>114.699.402</b>	<b>104.722.047</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>474.714.893</b>	<b>408.688.587</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>474.714.893</b>	<b>408.688.587</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

<b>Demonstração das sobras ou perdas</b>				
<b>(Em reais)</b>				
<b>Cooperativa de Crédito Crediguaçu - Sicoob Crediguaçu</b>				
<b>CNPJ nº 67.960.229/0001-49</b>				
	<b>Notas</b>	<b>2º Semestre de 2019</b>	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
<b>Ingressos e receitas da intermediação financeira</b>				
Operações de crédito	-	28.918.521	57.670.353	50.948.423
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros	-	5.024.000	10.025.913	10.131.599
	20.1	<b>33.942.521</b>	<b>67.696.266</b>	<b>61.080.022</b>
<b>Dispêndios e despesas da intermediação financeira</b>				
Operações de captação no mercado	-	(6.631.359)	(12.971.719)	(12.302.336)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	-	(154.486)	(311.503)	(443.676)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(9.294.281)	(13.023.504)	(7.251.635)
	21.1	<b>(16.080.126)</b>	<b>(26.306.726)</b>	<b>(19.997.647)</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>				
		<b>17.862.395</b>	<b>41.389.540</b>	<b>41.082.375</b>
<b>Outros ingressos, receitas/dispêndios e despesas operacionais</b>				
Ingressos e receitas de prestação de serviços	-	6.492.808	12.255.219	8.674.907
Dispêndios e despesas de pessoal e honorários	-	(11.848.995)	(22.284.892)	(18.422.525)
Outros dispêndios e despesas administrativas	-	(10.307.857)	(18.819.487)	(14.065.832)
Outros ingressos e rendas operacionais	20	4.718.285	7.924.958	5.622.446
Outros dispêndios e despesas operacionais	21	(1.267.783)	(2.051.209)	(1.523.587)
		<b>(12.213.542)</b>	<b>(22.975.411)</b>	<b>(19.714.591)</b>
<b>Resultado operacional</b>				
		<b>5.648.853</b>	<b>18.414.129</b>	<b>21.367.784</b>
<b>Resultado não operacional</b>				
Receitas não operacionais	-	264.330	360.984	1.458.421
Despesas não operacionais	-	(661.272)	(835.277)	(107.302)
	22	<b>(396.942)</b>	<b>(474.293)</b>	<b>1.351.119</b>
<b>Resultado antes da tributação e das participações</b>				
		<b>5.251.911</b>	<b>17.939.836</b>	<b>22.718.903</b>
Imposto de renda e contribuição social	-	(502.233)	(723.168)	(820.097)
Participação de funcionários	-	-	-	(624.018)
<b>Resultado antes dos juros ao capital e das destinações estatutárias</b>				
		<b>4.749.678</b>	<b>17.216.668</b>	<b>21.274.788</b>
Juros ao capital	19	(3.243.036)	(3.243.036)	(3.164.160)
<b>Resultado antes das destinações estatutárias</b>				
		<b>1.506.642</b>	<b>13.973.632</b>	<b>18.110.628</b>
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	(978.154)	(905.531)
Reserva legal	-	-	(7.406.025)	(8.149.783)
<b>Sobras líquidas do exercício/semestre</b>				
		<b>1.506.642</b>	<b>5.589.453</b>	<b>9.055.314</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

<b>Demonstração dos fluxos de caixa</b>		
(Em reais)		
<b>Cooperativa de Crédito Crediguaçu - Sicoob Crediguaçu</b>		
<b>CNPJ nº 67.960.229/0001-49</b>		
	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
<b>Atividades operacionais</b>		
Sobras do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	17.939.836	22.718.903
<b>Ajustes por:</b>		
IRPJ e CSLL	(723.168)	(820.097)
Participação de funcionários	-	(624.018)
Provisão de juros ao capital	(3.243.036)	(3.164.160)
Provisão para operações de crédito	13.023.504	1.031.257
Depreciações e Amortizações	1.000.403	671.681
	<b>27.997.539</b>	<b>19.813.566</b>
<b>Varição nos ativos e passivos</b>		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(508.660)	-
Títulos e valores imobiliários	-	2.348.213
Operações de crédito	(61.671.302)	(41.192.549)
Outros créditos	1.816.709	539.186
Outros valores e bens	(1.171.278)	714.130
Depósitos	58.497.172	50.275.138
Relações interfinanceiras	(1.336.392)	(3.516.741)
Relações interdependências	(160.256)	3.370.706
Obrigações sociais e estatutárias	(855.228)	147.346
Obrigações fiscais e previdenciárias	186.712	231.287
Obrigações diversas	(283.057)	1.130.504
	<b>(5.485.580)</b>	<b>14.047.220</b>
<b>Caixa gerado nas operações</b>	<b>22.511.959</b>	<b>33.860.786</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aportes de capital em investimento	(1.366.607)	(304.358)
Aquisições de imobilizações de uso	(7.949.468)	(2.962.576)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(9.316.075)</b>	<b>(3.266.934)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento por novos aportes de capital	(2.339.197)	971.845
Devolução de capital à cooperados	(3.713.693)	(5.323.076)
FATES - Sobras do exercício	(978.154)	(905.531)
Subscrição do juros ao capital	3.175.037	3.164.160
IRRF sobre juros ao capital	(140.270)	(156.139)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(3.996.277)</b>	<b>(2.248.741)</b>
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>9.199.607</b>	<b>28.345.111</b>
No início do período (nota 4)	185.159.917	156.814.806
No fim do período (nota 4)	194.359.524	185.159.917
<b>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis</b>		

<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>				
(Em reais)				
<b>Cooperativa de Crédito Crediguaçu - Sicoob Crediguaçu</b>				
<b>CNPJ nº 67.960.229/0001-49</b>				
	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Sobras Acumuladas</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>48.569.607</b>	<b>35.609.336</b>	<b>4.681.218</b>	<b>88.860.161</b>
<b>Destinação das sobras exercício anterior</b>				
Integralizações de capital com sobras	4.681.218	-	(4.681.218)	-
Integralização/subscrição de capital	971.845	-	-	971.845
(-) Devolução de capital	(5.445.300)	-	-	(5.445.300)
Sobras líquidas	-	-	21.274.788	21.274.788
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	(905.531)	(905.531)
Reserva legal	-	8.272.006	(8.149.783)	122.223
Integralização de juros ao capital	3.164.160	-	(3.164.160)	-
IRRF sobre juros ao capital	(156.139)	-	-	(156.139)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>51.785.391</b>	<b>43.881.342</b>	<b>9.055.314</b>	<b>104.722.047</b>
<b>Destinação das sobras exercício anterior</b>				
Integralizações de capital com sobras	6.716.117	-	(9.055.314)	(2.339.197)
Integralização/subscrição de capital	-	-	-	-
(-) Devolução de capital	(3.713.693)	-	-	(3.713.693)
Sobras líquidas	-	-	17.216.668	17.216.668
F A T E S - Atos cooperativos	-	-	(978.154)	(978.154)
Reserva legal	-	7.406.025	(7.406.025)	-
Integralização de juros ao capital	3.175.037	-	(3.243.036)	(67.999)
IRRF sobre juros ao capital	(140.270)	-	-	(140.270)
<b>Saldos em 31/12/2019</b>	<b>57.822.582</b>	<b>51.287.367</b>	<b>5.589.453</b>	<b>114.699.402</b>
<b>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis</b>				

## Relatório da Administração

Senhores Cooperados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2019 da COOPERATIVA DE CRÉDITO CREDIGUAÇU - SICOOB CREDIGUAÇU, na forma da Legislação em vigor.

### 1. Política Operacional

Em 2019 o SICOOB CREDIGUAÇU completou 27 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos, captação de depósitos e oferta de produtos e serviços.

### 2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2019, o SICOOB CREDIGUAÇU obteve um resultado de R\$ 17.216.668, antes do pagamento de juros ao capital e apuração das destinações legais e estatutárias, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 15%.

### 3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira, Aplicações Interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários somaram a importância de R\$ 188.441.340. Por sua vez a carteira de créditos, antes da provisão para créditos de liquidação duvidosa representava o montante de R\$ 265.382.512.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$	69.191.254	26%
Carteira Comercial	R\$	196.191.258	74%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 19% da carteira, no montante de R\$ 51.743.909.

### 4. Captação

As captações, no total de R\$ 336.077.780 apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 21%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$	90.670.626	27%
Depósitos a Prazo e Sob Aviso	R\$	245.407.154	73%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2019 o percentual de 19% da captação, no montante de R\$ 65.284.170.

### 5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIGUAÇU em 31/12/2019 era de R\$ 114.661.798. O quadro de cooperados era composto por 16.422 Cooperados, havendo um acréscimo de 31% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

### 6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do cooperado e de suas operações através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIGUAÇU adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

## **7. Governança Corporativa**

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os cooperados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Destacamos a adesão junto a Central SICOOB SÃO PAULO, desde janeiro de 2019, dos serviços centralizados de controles internos, contabilidade e folha de pagamento. A centralização dos serviços junto à cooperativa central visa proporcionar a ampliação dos negócios da cooperativa; padronizar processos e procedimentos administrativos, reduzir custos, obter ganho de escala, com qualidade e confiabilidade nas informações geradas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## **8. Conselho Fiscal**

Eleito na AGO de 2019, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB SÃO PAULO, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

## **9. Código de Ética**

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIGUAÇU aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.



## **10. Sistema de Ouvidoria**

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICCOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2019, a Ouvidoria do SICCOB CREDIGUAÇU registrou 73 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 73 manifestações, 38 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

## **11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop**

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

### **Agradecimentos**

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Descalvado (SP), 06 de março de 2020

**Conselho de Administração e Diretoria**